

RELATÓRIO & CONTAS 2020



GOLDEN

Relatório & Contas 2020

Golden Actives – S.G.P.S., S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 500.000 Euros



INTRODUÇÃO

Golden Actives – S.G.P.S., S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Actives – S.G.P.S., S.A., (“Golden Actives”) e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

ÍNDICE

- 1 Envolverte Macroeconómica
- 2 Holding e Órgãos Sociais
- 3 Atividade
- 4 Perspetivas
- 5 Considerações Finais

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

No arranque de 2020, todas as estimativas de crescimento para os principais blocos económicos mundiais eram relativamente robusto, o que era justificável pela evolução positiva dos principais indicadores de atividade nos últimos meses de 2019. Previa-se um crescimento próximo de 2,0% nos EUA, dos 1% na Zona Euro e ligeiramente abaixo dos 6% na China, o que resultaria num crescimento económico a nível global de cerca de 3.3%. Contudo, o anúncio da chegada de um novo e altamente contagiante coronavírus rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas, financeiras, políticas e até sociais para o ano de 2020!

Este novo coronavírus, cujos primeiros casos foram diagnosticados na China, obrigou o governo chinês a implementar rapidamente o isolamento total de várias cidades, entre as quais a cidade de Wuhan, a capital e maior cidade da província de Hubei com mais de 10 milhões de habitantes. Todavia, a rápida propagação do vírus levou o número de infetados a atingir os milhares de casos e várias centenas de mortes em escassas semanas por toda a China. A situação agravou-se, sendo que em fevereiro o vírus já tinha extravasado fronteiras atingindo outras geografias asiáticas e a Europa através da Itália! Rapidamente a propagação descontrolou-se levando muitos países europeus a imporem confinamentos e, portanto, a encerrar a atividade económica. Seguiram-se semanas de isolamento, com várias medidas de restrição social impostas nas principais economias ocidentais. Este cenário tornou uma recessão global inevitável. De acordo com os dados avançados pelo World Economic Outlook, a contração terá se fixado nos -3.5%, -3.4% e -7.2%, a nível global, nos EUA e na Zona Euro respetivamente. Estes valores tornam 2020 o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial!

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Year over Year					
	2019	Estimate 2020	Projections		Difference from October 2020 WEO Projections 1/	
			2021	2022	2021	2022
World Output	2,8	-3,5	5,5	4,2	0,3	0,0
Advanced Economies	1,6	-4,9	4,3	3,1	0,4	0,2
United States	2,2	-3,4	5,1	2,5	2,0	-0,4
Euro Area	1,3	-7,2	4,2	3,6	-1,0	0,5
Germany	0,6	-5,4	3,5	3,1	-0,7	0,0
France	1,5	-9,0	5,5	4,1	-0,5	1,2
Italy	0,3	-9,2	3,0	3,6	-2,2	1,0
Spain	2,0	-11,1	5,9	4,7	-1,3	0,2
Japan	0,3	-5,1	3,1	2,4	0,8	0,7
United Kingdom	1,4	-10,0	4,5	5,0	-1,4	1,8
Canada	1,9	-5,5	3,6	4,1	-1,6	0,7
Other Advanced Economies 3/	1,8	-2,5	3,6	3,1	0,0	0,0
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,4	6,3	5,0	0,3	-0,1
Emerging and Developing Asia	5,4	-1,1	8,3	5,9	0,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	5,6	-0,1	-0,2
India 4/	4,2	-8,0	11,5	6,8	2,7	-1,2
ASEAN-5 5/	4,9	-3,7	5,2	6,0	-1,0	0,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2021

OECD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

Real GDP growth

%, year-on-year, colours indicate the direction of revisions since the December 2020 Economic Outlook

	2020	2021	2022		2020	2021	2022
World	-3,4	5,6	4,0	G20	-3,2	6,2	4,1
Australia	-2,5	4,5	3,1	Argentina	-10,5	4,6	2,1
Canada	-5,4	4,7	4,0	Brazil	-4,4	3,7	2,7
Euro area	-6,8	3,9	3,8	China	2,3	7,8	4,9
Germany	-5,3	3,0	3,7	India*	-7,4	12,6	5,4
France	-8,2	5,9	3,8	Indonesia	-2,1	4,9	5,4
Italy	-8,9	4,1	4,0	Mexico	-8,5	4,5	3,0
Spain	-11,0	5,7	4,8	Russia	-3,6	2,7	2,6
Japan	-4,8	2,7	1,8	Saudi Arabia	-4,0	2,6	3,9
Korea	-1,0	3,3	3,1	South Africa	-7,2	3,0	2,0
United Kingdom	-9,9	5,1	4,7	Turkey	1,8	5,9	3,0
United States	-3,5	6,5	4,0				

	downward revision, by 0.3pp or more
	no change or smaller than 0.3pp
	upward revision, by 0.3pp or more

Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

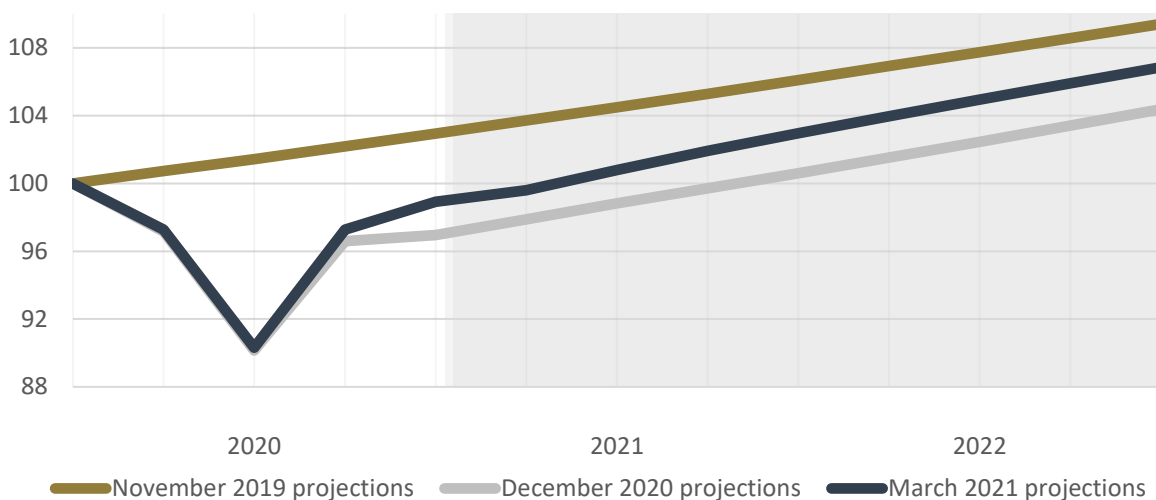
Bancos Centrais

O contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais ao longo de 2020. Para fazer face aos riscos resultantes da pandemia que poderiam ocorrer no mecanismo de transmissão da política monetária e nas perspetivas económicas da zona euro, o Banco Central Europeu, mantendo as taxas de juro em níveis negativos, implementou um novo de compra de títulos de dívida, o Programa de Compras de Emergência Pandémica (Pandemic Emergency Purchase Programme - PEPP). Este programa começou com um “envelope” financeiro de 750 mil milhões de euros, mas este valor teve de ser incrementado ao longo do ano e a sua extensão temporal teve de ser igualmente dilatada, terminando nos 1 850 mil milhões de euros de compromisso de compras até março de 2022. O BCE manteve também (e em alguns casos flexibilizou a sua composição) todos os restantes programas de compras de ativos que já se encontravam em vigor com o objetivo de fazer face à crise económica e promover a liquidez e estabilidade nos mercados.

A Reserva Federal Norte-Americana também respondeu de forme veemente aos impactos da pandemia. A FED para além de implementar vários programas de ajuda ao sistema financeiro, facilitando liquidez e as condições de crédito, cortou várias vezes a sua taxa de juro de referência, que passou do intervalo de 1.25% - 1.00% no início de março (e com a perspetiva de subida ao longo de 2020) para o intervalo atual de 0% - 0.25%!

Todos os bancos centrais das principais economias mundiais com destaque para o Banco Central de Inglaterra (BoE), Banco do Japão (BoJ), o Banco Central do Canadá, o Norges Bank (Noruega) e o Reserve Bank of Australia, acompanharam este movimento de implementação de políticas monetárias ultraexpansionistas e implementaram planos de compras de títulos (programas de “quantitative easing”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi decisiva na mitigação da crise em 2020, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação que se espera acelerará na 2ª metade de 2021.

GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS HAVE IMPROVED



Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

A Economia Portuguesa

A pandemia Covid-19 afetou também de forma profunda a atividade económica em Portugal. As medidas de isolamento social implementadas determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano de 2020. Com a atividade económica condicionada, a recessão foi especialmente gravosa, tendo o nosso PIB registado uma contração de -8.1%. Foram implementadas várias medidas extraordinárias de apoio à economia e ao emprego, como o regime simplificado do lay-off ou a concessão de moratórios de crédito. Contudo, esta crise acabou por expor de forma clara os desequilíbrios da nossa economia e a nossa excessiva dependência ao setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia, impactando igualmente o mercado de trabalho. A taxa de desemprego fixou-se nos 7.2%, e ao contrário do que é expectável em várias economias, e em especial na Zona Euro, o desemprego deverá continuar a crescer em 2021.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2020-23

	Pesos 2019	BE DEZEMBRO 2020					BE OUTUBRO 2020	BE JUNHO 2020		
		2019	2020	2021	2022	2023	2020	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) (a)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fonte: Banco de Portugal (2020), Boletim Económico Dezembro 2020

Assim, a recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico.

Evolução dos Mercados Financeiros em 2020

Em relação aos mercados, podemos caracterizar o ano de 2020 numa frase como “um ano de extremos”. Neste contexto o sentimento de pânico apoderou-se dos investidores nas últimas sessões de fevereiro e nas primeiras semanas de março e a volatilidade nas bolsas atingiu níveis inauditos. O mês de março foi o mais volátil de sempre na bolsa de Nova Iorque com o SP&500 a registar uma variação média diária de 4.8%, e com variações intra sessão de dois dígitos (amplitudes superiores a 10% entre mínimo e máximo da sessão) em várias sessões! Não foi só a volatilidade a assumir níveis extremos, a velocidade da queda do mercado também constituiu um marco histórico com SP&500 a corrigir cerca de 35% em pouco mais de 20 sessões de bolsa e tivemos também a pior semana para os mercados financeiros desde a semana do crash da Black Monday de 1987. Mas, se a queda teve uma violência inédita, igualmente ímpar, do ponto vista histórico, foi a recuperação! Impulsionados pela atuação concertada das autoridades monetárias e políticas (com estímulos fiscais) os principais índices mundiais (os índices norte-americanos) registaram a recuperação mais rápida da história: foram apenas necessário cerca de 100 dias de bolsa para o S&P500 eliminar totalmente as perdas de fevereiro/março! No entanto, nem todas as geografias tiveram a mesma evolução 2020. O ano fica também marcado por uma forte dispersão do ponto de vista do desempenho dos principais índices de referência dos grandes blocos económicos, com a Europa claramente a ficar para trás e um claro avanço dos índices norte-americanos e asiáticos. Essa dispersão foi ainda mais acentuada ao nível setorial com a tecnologia a liderar os ganhos e o setor da energia e a liderar as perdas. Estabeleceu-se também um novo marco histórico na diferença de desempenho num ano entre o melhor e pior setor do SP&500. Em resumo, apesar de todos estes extremos e contrariedades, o ano de 2020 acabou, surpreendentemente, por ser positivo (embora com ganhos relativamente modestos) para a generalidade dos investidores que se mantiveram fiéis às suas convicções e posicionamento.

O avanço nas campanhas de vacinação e a enorme dimensão programas de estímulos que se encontram em marcha neste arranque de 2021 deixa-nos a expectativa de que 2021 será um ano de forte recuperação económica e que “em breve” será possível o regresso à “normalidade” a todos os níveis, a que abre perspectivas para o continuar do bom desempenho das bolsas, principalmente alicerçado nas empresas dos setores mais cíclicos!

RENTABILIDADES 2020

Classe de Ativos	Sub-Classe	EUR	Moeda local
Obrigações	Euro Treasury	4,72%	4,72%
	Euro Corporate	2,60%	2,60%
	Euro HY	1,29%	1,29%
	EM Local	-5,34%	-5,34%
Ações	MSCI World	11,49%	15,78%
	MSCI EM	8,16%	18,14%
	S&P 500	14,81%	18,37%
	EuroStoxx 600	-3,06%	-3,06%
Commodities	Nikkei 225	8,97%	18,28%
	Commodities CRB	-18,12%	-10,64%
Alternativos	Hedge Funds	3,00%	6,81%
USD/EUR	USD/EUR €	-8,22%	

HOLDING E ÓRGÃOS SOCIAIS

A Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante do grupo Golden para o setor financeiro, sendo que toda as atividades operacionais são realizadas pelas participadas. A Golden Actives tem como órgãos estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo.

Durante o ano de 2020, a Golden Actives manteve as participações que detinha nas sociedades Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social), e reforçou novamente a sua posição na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. passando a deter 71,30% do capital desta sociedade. Além disso, tendo em vista o desenvolvimento de duas novas linhas de negócio, foram criadas duas sociedades totalmente detidas pela Golden Actives, respetivamente a Golden Wealth Management Corporate, Unipessoal, Lda, e a Golden Wealth Management Real Estate, Unipessoal, Lda.

A Golden Actives continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2020 com um rácio de fundos próprios totais de 24,27%, em muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2020 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Actives eram de 409.282€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.241.999€, o que implica um excesso de fundos próprios de 832.717€.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2021, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quanto à identidade das empresas participadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

13

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio e diligência demonstrados,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 17 de junho de 2021

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal

Sérgio Ferreira da Silva
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2018 que a seguir se discriminam:

Nome do titular	Nº Ações 31/12/2018	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2018	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva).	10.000	0	0	10.000	10%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A BALANÇO CONSOLIDADO (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano			Ano anterior (31-12-2019)	Notas	Ano		Ano anterior (31-12-2019)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3=1-2					
Ativo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1 329		1 329	1 329	Passivos por impostos correntes		2 729	5 796
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	20 660 519	0	20 660 519	17 589 233	Outros passivos subordinados	11	160 000	160 000
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	26 438	0	26 438	26 793	Outros passivos	10	21 002 295	18 238 285
Activos financeiros disponíveis para venda	7	221 255	0	221 255	146 476	Total de Passivo		21 165 024	18 404 082
Aplicações em instituições de crédito	4			0	500 000	Capital			
Outros ativos tangíveis	8	697 720	(669 511)	28 209	44 108	Capital	12	500 000	500 000
Ativos intangíveis	8	214 737	(214 475)	262	458	Outros instrumentos de capital	13	5 000	5 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				0		Outras reservas e resultados transitados	14	491 897	270 547
Investimentos em associadas excluídas de consolidação	5	102 500	0	102 500	102 500	Resultado do exercício		98 655	380 903
Ativos por impostos correntes	9	34 582	0	34 582	13 215	Atribuído à GAC		85 391	373 338
Outros ativos	10	1 510 510	(52 117)	1 458 393	1 539 512	Atribuído a interesses minoritários		13 265	7 565
						Interesses que não controlam		272 909	403 092
Total de Ativo		23 469 589	(936 103)	22 533 486	19 963 623	Total de Capital		1 368 462	1 559 542
						Total de Passivo + Capital		22 533 486	19 963 623
Rúbricas Extrapatrimoniais							Ano		Ano anterior
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.						23	38 827		35 726
Depósito e guarda de valores						23	111 423 169		82 092 933
Valores administrados pela Instituição						23	3 083 806		2 902 051

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

16

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2019
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	15	7 557	262 694
Juros e encargos similares	15	(14 417)	(12 260)
Margem financeira		(6 860)	250 434
Rendimentos de instrumentos de capital	16	189 735	
Rendimentos de serviços e comissões	17	1 951 981	2 161 767
Encargos com serviços e comissões	18	(371 225)	(331 895)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	(771)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		1 942	8 064
Resultados de reavaliação cambial		(1 518)	7 988
Resultados de alienação de outros activos			
Outros resultados de exploração	19	47 247	22 890
Produto bancário		1 811 303	2 118 476
Custos com o pessoal	20	(893 795)	(909 172)
Gastos gerais e administrativos	22	(748 635)	(725 645)
Amortizações do exercício		(23 349)	(38 576)
Provisões líquidas de reposições e anulações		(38 637)	(19 359)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(586)	(1 008)
Resultado antes de impostos		106 301	424 715
Impostos			
Correntes		(7 645)	(43 813)
Diferidos			
Resultado após impostos		98 655	380 903
Atribuído à GAC		85 391	373 338
Atribuído a interesses minoritários		13 265	7 565
Resultado por acção			
Básico	24	0,99	3,81
Diluído			

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Resultado líquido do exercício	98 655	380 903
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Rendimento integral do exercício	98 655	380 903

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2019		500 000	5 000	951 808	(75 271)	403 092	1 784 629
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2018:							-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	(681 261)	75 271		(605 990)
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	380 903	-	380 903
Saldo em 31 de dezembro de 2019		500 000	5 000	270 547	380 903	403 092	1 559 542
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-		-	-	-
Transações com interesses que não controlam				(159 552)		(130 183)	(289 735)
Aplicação do resultado do exercício de 2019:							-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	380 903	(380 903)		-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	98 655		98 655
Saldo em 31 de dezembro de 2020		500 000	5 000	491 898	98 655	272 909	1 368 462

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

19

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.848.069	2.216.856
Juros, comissões e encargos similares pagos	(511.544)	(533.083)
Pagamentos ao pessoal	(935.918)	(918.373)
Recebimentos/ (pagamentos) de impostos	(92.086)	(79.597)
Resultados de reavaliação cambial	(1.518)	7.988
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(601.684)	(31.570)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	(294.681)	725.361
Diminuições/ (aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Aplicações em instituições de crédito	500.000	(250.000)
Outros ativos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(250.000)	(250.000)
Aumentos/ (diminuições) em		
Outros passivos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	0	0
Fluxo das atividades operacionais (1)	205.319	475.361
Atividades de Investimento:		
Diminuições/ (aumentos) de ativos intangíveis	(6.235)	(589)
Diminuições/ (aumentos) de outros ativos tangíveis	(1.020)	(8.184)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(7.255)	(8.773)
Atividades de Financiamento:		
Diminuições/ (aumentos) investimentos em filiais associadas	(172.169)	61.906
Diminuições/ (aumentos) empréstimos a filiais e associadas	0	0
Distribuição de dividendos	0	154
Fluxo das atividades de financiamento (3)	(172.169)	62.061
Aumento/ (diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	25.895	528.649
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.094.487	1.565.838
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2.020.382	2.094.487

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em Euros)

20

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 329	1 329
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 019 054	2 093 158
Caixa e seus equivalentes	2 020 382	2 094 487
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	18 641 465	15 496 075
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	0	500 000
Disponibilidades constantes do balanço	20 661 847	18 090 562

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes de 18.641.465 euros e 15.496.075 euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Em 2019 a sociedade adquiriu a maioria do capital na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e, em 2020 reforçou a sua posição passando a deter 71,30% do capital. Adicionalmente, no exercício de 2020, foram constituídas as sociedades Golden Wealth Management Corporate Unipessoal Lda e Golden Wealth Management Real Estate Mediação Imobiliária Unipessoal Lda. A Golden Actives detém 100% do capital destas sociedades.

A sociedades na qual a Golden Actives tem maioria de capital foram incluídas na consolidação pelo método de integração global.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e das suas filiais e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ao abrigo do determinado no Aviso do Banco de Portugal n.º 5 / 2015. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém participações financeiras em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objeto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos acionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos ativos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efetiva e do período de detenção respetivos, após se efetuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transações realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos – contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 0).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos ativos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamentos de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2020.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

h) Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 17).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferes uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - Valor da transação intermediada;
 - Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferes uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

i) Rubricas extrapatrimoniais

i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respetivo valor nominal (Nota 26). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 26). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras.

j) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

k) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

l) Gestão do risco financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i) Risco de taxa de câmbio

O Grupo transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo.

m) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do grupo.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital	Atividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora
SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A	Lisboa	71,30%	Sociedade gestora de fundos de pensões
Golden Wealth Management Real Estate, Mediação Imobiliária, Unipessoal Lda	Porto	100%	Mediação Imobiliária
Golden Wealth Management Corporate, Unipessoal Lda	Porto	100%	Serviços de consultoria

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Disponibilidades de Terceiros:		
- Em instituições de crédito no país	10 913 176	7 531 641
- Em instituições de crédito no estrangeiro	7 728 289	7 964 434
	18 641 465	15 496 075
Disponibilidades da Sociedade:		
- Em instituições de crédito no país	2 019 054	2 093 158
- Em instituições de crédito no estrangeiro		
	2 019 054	2 093 158
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	20 660 519	17 589 233

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica era composta por as seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	2020	2019
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	-	500.000

5. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 os investimentos em filiais excluídas da consolidação correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Ativo	Capital Próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2020	2 466 534	1 894 670	(321 183)	3 288 377
2019	2 828 216	2 215 853	232 490	4 754 868

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Instrumentos de dívida:		
- Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	26 438	26 793

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2018	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	25 000	1,00 €	107,17%	26 793	0	26 966

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2019	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	25 000	1,00 €	105,31%	26 438	26 793	26 966

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 26).

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	93	114
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor	221 162	146 362
	221 255	146 476

8. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2020					
Ativo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	214 737			0	214 737
	214 737	0	0	0	214 737
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	337 905			0	337 905
Mobiliário e material	108 333			0	108 333
Equipamento informático	197 260	7 255		0	204 515
Instalações interiores	38 663			0	38 663
Equipamento de segurança	1 865			0	1 865
Outros Ativos tangíveis	6 440			0	6 440
	690 466	7 255	0	0	697 721
Total	905 203	7 255	0	0	912 458
2020					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	214 279	196		0	214 475
	214 279	196	0	0	214 475
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	281 952	12 163		0	294 115
Equipamento	364 406	10 990	0	0	375 396
	646 358	23 153	0	0	669 511
Total	860 637	23 349	0	0	883 986

	2019				
	Ativo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	106 202	108 535		0	214 737
	106 202	108 535	0	0	214 737
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	294 633	43 272		0	337 905
Mobiliário e material	35 597	72 736		0	108 333
Equipamento informático	164 762	34 176		1 678	197 260
Instalações interiores	36 879	1 784		0	38 663
Equipamento de segurança	1 865	0		0	1 865
Outros Ativos tangíveis	192	6 248		0	6 440
	533 928	158 216	0	1 678	690 466
Total	640 130	266 751	0	1 678	905 203

	2019				
	Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	106 202	108 077		0	214 279
	106 202	108 077	0	0	214 279
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	260 748	21 204		0	281 952
Equipamento	232 286	133 798	0	1 678	364 406
	493 034	155 002	0	1 678	646 358
Total	599 236	263 079	0	1 678	860 637

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2015 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		106.301		(61.240)
Imposto apurado com base na taxa nominal	4,62%	4.588		
Tributação autónoma		2.729		14.031
Outros (Derrama)		327		
Imposto apurado com base na taxa efetiva	7,19%	7.645		14.031
Do qual:				
Imposto corrente		7.645		14.031

10. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como segue:

	2020	2019
Devedores diversos		
Devedores por operações em derivado	1 248 034	1 310 794
	1 248 034	1 310 794
Rendimentos a receber	36 104	28 253
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	15 533	15 933
Rendas	8 648	8 648
Outros	29 492	45 540
	53 672	70 121
Outros devedores	145 844	193 068
Provisões para garantias e compromissos assumidos	-52 117	-48 112
Outros ativos - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	7 514	20 705
Outros	19 342	-35 317
	26 856	-14 612
	1 458 393	1 539 512

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	2020	2019
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados	1 252 099	1 310 794
Credores por operações sobre valores mobiliários	18 325 013	15 360 421
Fornecedores	24 108	39 130
Outros credores	1 169 969	1 304 111
	20 771 189	18 020 253
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	98 509	105 347
Outros custos administrativos	79 618	45 751
	178 127	151 098
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas		23 188
Retenção na fonte	53 548	32 764
Contribuições para a Segurança Social	-570	16 779
IVA - a pagar		
	52 978	49 543
	21 002 295	18 238 285

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenados pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

11. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

12. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

13. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

14. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Actives – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 50.000 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos ativos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.a).

15. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2020	2019
Juros e rendimentos similares	7 557	262 694
Outros juros e encargos similares	-14 417	-12 260

16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos de instrumentos de capital	189 735	0

Em 08 de janeiro de 2020 a Golden Actives reforçou a sua participação financeira na SGF para 71.3%, através da aquisição de 57.947 títulos representativos do capital por 1,73€ cada, com um valor nominal de 5,00€. O “Goodwill negativo” daqui resultante foi reconhecido como ganho na demonstração de resultados consolidada.

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de corretagem	1 005 120	1 312 406
Comissões de gestão	904 294	771 263
Outros serviços prestados	42 567	78 096,64
	1 951 981	2 161 767

18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Atividades de corretagem e gestão de ativos	-289 884	-238 957
Serviços bancários	-81 341	-92 937,75
	-371 225	-331 895

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
IVA suportado	-62 647	-72 040
Contribuições para o Sistema de indemnização aos Investidores	-3 000	-3 000
Quotizações e donativos	-7 280	-6 862
Outros custos	-67 685	-75 845
	-140 612	-157 747
Outros ganhos e rendimentos	187 859	180 637
Outros resultados de exploração	47 247	22 890

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos de gestão	187 300	194 733
Remuneração dos colaboradores	537 552	533 410
Encargos sociais obrigatórios	161 304	163 990
Outros custos com Pessoal	7 639	17 038
	893 795	909 172

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de dezembro de 2020 e 2018, pode ser resumido como segue:

	2020	2019
Administradores executivos	4	5
Administradores não executivos	5	5
Pessoal técnico	18	20
Pessoal administrativo	3	2
	30	32

21. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2020 e 2019, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos órgãos de gestão ascenderam a 187.300 Euros.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma remuneração de 14.750 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços especializados	(406 614)	(424 727)
Rendas e alugueres	(116 515)	(139 914)
Deslocações e estadas	(58 839)	(56 125)
Comunicações e despesas	(17 580)	(24 175)
Publicidade	(14 363)	(7 504)
Outros	(142 308)	(73 200)
	(756 218)	(725 645)

23. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2020 e 2018 eram os seguintes:

	2020	2019
Outros passivos (credores por operações sobre valores mobiliários):		
- Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	5 645 764	5 582 772

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2018, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2020					
	Solid Assets	Golden Assets	Vintageburgo	Vasco Freitas	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(111 600)					
Custos com cedência de pessoal		(87 483)				
Comissões suportadas		(63 398)	(4 122)	(8 660)		(1 456)
Juros suportados						
Serviços especializados					(54 000)	(4 500)
Comissões recebidas		175 175				
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		174 324				
	31.12.2019					
	Solid Assets	Golden Assets	Vintageburgo	Vasco Freitas	GLD	IMF
Rendas e alugueres	(86 000)					
Custos com cedência de pessoal		(61 960)				
Comissões suportadas			(14 730)	(11 705)		(1 989)
Juros suportados						
Serviços especializados					(54 000)	(14 400)
Comissões recebidas		267 527				
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		171 932				

24. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2020	2019
- Resultado líquido do exercício	98 655	380 903
- Número médio ponderado de ações	100 000	100 000
- Resultado por ação:	0,99	3,81

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão 17 de junho de 2021. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas.

26. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2018, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	38 827	35 726
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i)	111 423 169	82 092 933
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.ii)	3 083 806	2 902 051
	114 545 803	85 030 710

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2020, ascende a 26.438 Euros (Nota 6).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker.

Os ativos geridos, em 31 de dezembro de 2020 e dezembro de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Ações	671 664	887 775
Outros	2 412 143	1 821 675
	3 083 806	2 709 450

Estes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 0b).

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Golden Actives – SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 22.533 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.368 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 98 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Golden Actives – SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com, as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa |

Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.h) e 17 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.951.981 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.i) e 23 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 111.423.169 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com, as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

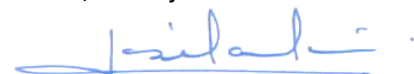
Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)